

Fortaleça sua
entidade,
filie-se à
Adusp!

Nº 134 10 de março 03

INFORMATIVO
Adusp
Universidade de São Paulo

Seção Sindical da Andes-SN

Assembléia define reivindicações da Adusp na Campanha Salarial de 2003

A assembleia de 26/2 aprovou as decisões do Fórum das Seis em relação à Campanha Salarial. São elas a definição do Índice de reajuste para a próxima data-base de acordo com as perdas medidas pelo ICV-Dieese e a política salarial de reajustes trimestrais pela inflação (ICV-Dieese) ou evolução do ICMS. Em relação aos demais itens que deverão compor a pauta deliberou-se que as assembleias setoriais das unidades e o CR da Adusp deverão encaminhar propostas para que a assembleia da Adusp do dia 18 defina quais dos itens que ficaram pendentes no ano passado sejam mantidos na pauta de 2003 e/ou quais itens novos sejam encaminhados como indicativos para o Fórum das Seis que se reunirá para fechar a pauta conjunta no dia 20/3. Os itens que ficaram pendentes em 2002 foram:

- Pagamento aos docentes e funcionários do Centro Paula Souza do reajuste dessa data-base e também dos referentes às datas-base de 1996 a 2001;
- Ampliação da assistência estudantil nas três Universidades;
- Contratação em tempo

integral de professores e funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades; fim das contratações precárias e temporárias de docentes e funcionários;

- Fim das terceirizações; contratação de funcionários regulares para executarem aqueles serviços;
- Ampliação de vagas em cursos regulares de graduação;
- Que o Cruesp se comprometa a atuar conjuntamente com o Fórum das Seis durante a discussão e elaboração da LDO na AL, com vistas a obter, entre outras providências a complementação de verbas para pagamento de aposentados (com a manutenção destas nas folhas de pagamento das universidades), para ampliação de vagas e do quadro efetivo das Universidades estaduais, de modo a manter a qualidade do ensino, pesquisa e extensão; ampliação dos recursos para 11,6% do ICMS;
- Recuperação do atendimento de boa qualidade nos Hospitais Universitários, com a necessária contratação de médicos e funcionários, preservando-os sob responsabilidade das universidades



Associados aprovaram indicativos para a campanha salarial

e inseridos no SUS;

- Fim de toda perseguição política nas Universidades, com readmissão de demitidos políticos e a suspensão imediata de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários e organizações sindicais;
 - Abertura de todos os dados e contas das fundações privadas associadas ou conveniadas com as Universidades Estaduais;
 - Manutenção das reuniões periódicas da comissão Cruesp/Fórum das Seis de acompanhamento de verbas e salários.
- Lembre-se: o Conselho de Representantes se reunirá no dia 12/3 às 12 horas na

sede da Adusp. A pauta desta reunião será a seguinte:

1. Aprovação da ata de 7/2/03;
2. Informes;
3. Previdência Social;
4. Campanha Salarial;
5. Pauta de Reivindicações de 2003.

Nova Assembleia Geral ficou marcada para o dia 18/3 às 17 horas no anfiteatro da História. Esta assembleia será a última antes da nova reunião do Fórum das Seis, no dia 20/3, e definirá os indicativos e propostas da Adusp a respeito da Campanha Salarial a serem encaminhados para o Fórum nesta reunião.

Assembleia Geral da Adusp

18 de março, 3ª feira, 17 horas, Anf. de História

Pauta: campanha salarial

GT Fundações ouviu TCE, Adusp e DCE em 21/2

Na sua segunda sessão, realizada em 21/2, o Grupo de Trabalho de Fundações criada pela Reitoria deu início às oitavas. Foram ouvidos os depoimentos do ex-reitor José Goldenberg, de representantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE), do professor Ciro Correia, presidente da Adusp, e do graduando Pedro Barros, representante do DCE.

O professor Goldenberg, em cuja gestão foi aprovada a “flexibilização” do RDIDP (Resolução 3533), fez um rápido retrospecto da discussão do tema desde a gestão do professor Miguel Reale, e defendeu a atividade das fundações: “Elas intrinsecamente representam não somente um papel positivo, mas também inevitável”.

O ex-reitor reconheceu que há problemas com as fundações: “De vez em quando ouço falar em alguma fundação que acaba seguindo por caminhos pouco interessantes à Universidade, mas a culpa é dos departamentos e do diretor da Unidade que não exerce seu poder. Há também um grupo que monta fundações do outro lado da rua, do outro lado da Alvarenga. Às vezes até usam acrônimos, nomes parecidos com a USP. É uma espécie de apropriação indébita, mas não dá para evitar completamente. Há um problema de controle das fundações que estão dentro da USP por parte dos colegiados e dos diretores, mas as organizações da Universidade estariam piores sem elas do que com elas”.

Relatórios para o CO

O presidente da Adusp questionou o professor Goldenberg sobre a diferença entre a resolução aprovada na sessão 784, de 1989, do Conselho Universitário, segundo a qual as fundações deverão apresentar ao CO “relatórios anuais sucintos

de suas atividades”, e o texto que veio a ser publicado, que as desobriga dessa exigência. Segundo o ex-reitor, porém, a resolução tal como publicada “captou o espírito da discussão” realizada no CO.

O professor Benedito Machado, que integra a representação da Adusp, dirigiu-se ao professor Goldenberg lembrando que a Resolução 3533 está essencialmente relacionada à questão salarial. “De alguma forma, portanto, a Resolução 3533 deve ter sido concebida para legitimar um processo que previamente existia, de burla do RDIDP. Portanto, a administração e o CO legitimaram um processo que provavelmente já existia”, disse o professor. “Pergunto se a Resolução foi para legitimar um processo de burla do RDIDP”, acrescentou.

O ex-reitor negou que a flexibilização do RDIDP tenha ocorrido para regularizar “uma situação de burla generalizada”, afirmando que a medida “corresponde à minha experiência internacional e à minha compreensão do que é uma Universidade”. “Se havia a burla ou não, e provavelmente havia, isso contribuiu para resolver o problema, mas claramente a minha motivação não foi essa”.

“Glória e dinheiro”

O professor Carlos Humes, representante do IME e ex-presidente da CERT, fez uma acusação às fundações: “Como professor em RTP e em RTC nos últimos anos, sofri profunda concorrência desleal por parte de prestação de serviços através de fundações. Pediria que o senhor se posicionasse se as fundações não poderiam caracterizar uma concorrência desleal”, disse o professor Humes. O ex-reitor, em resposta, disse não saber se há concorrência desleal: “há concorrência, se ela é desleal eu não sei, mas há concorrência”.

Em resposta a perguntas do professor Marcos Magalhães, representante da Adusp, e de Peter Greiner, representante da Reitoria, ele explicitou sua opinião sobre as razões do êxito das fundações: “Existem muitas atividades nas fundações porque as pessoas são mais ambiciosas, elas querem mais dinheiro, elas querem aparecer nos jornais etc. Dentro das atividades normais da Universidade, elas não as fariam”, disse.

“O pessoal da Fipe, por exemplo, não desenvolveria o grande trabalho que fazem, se não fosse porque ganham mais, ou aparecem nos jornais todos os dias. Os professores mais voltados à área acadêmica da economia dariam aulas de economia e ficariam nisso”. O ex-reitor opinou, ainda, que a “administração pública é infernal, vocês não sabem o quão felizes são, porque são autarquia, têm mais liberdade”.

TCE “engatinha”

Os próximos a falar foram Flávio Correa de Toledo Jr. e Abílio Augusto Martins, assessores da diretoria geral do TCE, que admitiram a falta de “regulamentação infra-constitucional para disciplinar melhor as fundações” e concordaram que a fiscalização exercida pelo órgão é limitada e encontra dificuldades.

“Estamos reformulando nosso manual básico de procedimentos sobre fundações”, informou Toledo Jr. “Estamos, no entanto, engatinhando na fiscalização das fundações, que vocês caracterizam como de apoio e a que chamamos conveniadas. Há uma equipe produzindo esse documento, que irá abranger mais fundações ainda. Há um ponto crucial nesse manual, o de cruzar a lista de professores em função do horário de trabalho que cumprem na

FEA e na FIA. Por enquanto, isso não é feito”.

O TCE fiscaliza cerca de 2900 órgãos e entidades, o que abrange o Estado e todas as prefeituras. “Há um grande acúmulo de trabalho. Estamos centralizando as atenções nas fundações de apoio e conveniadas, em razão da demanda. O primeiro item diz respeito ao cruzamento de folha salarial: verificar, na folha da USP, o tempo de trabalho do professor e o tempo que ele disponibiliza. São 32 fundações de apoio. Esta será a metodologia do Tribunal”, acrescentou o assessor.

Abílio Martins explicou por quê o TCE fiscaliza as fundações privadas conveniadas com a USP: “Primeiro, porque tem o logotipo USP, tem a marca USP, tem a chancela USP. De repente a FIA dá um parecer que pode ter repercussões negativas sobre a saúde financeira de uma empresa e o nome público pode estar envolvido. O nome da Universidade pode estar envolvido”.

Ele também mencionou o artigo 16 da Lei 8.666, das Licitações, que exige a fiscalização dos convênios duradouros pelo TCE. “Peguem como exemplo o convênio FEA-FIA. A cláusula 2ª diz que a FIA é órgão de pesquisa da FEA. A cláusula 4ª diz que, eventualmente, os equipamentos da FEA podem ser utilizados pela FIA”.

Respondendo a uma pergunta do presidente da Adusp sobre a resistência das fundações à fiscalização de suas contas (com base em relato feito em 2001 pelo então presidente do TCE, Edgard Rodrigues), o assessor do TCE asseverou que sob o aspecto contábil-financeiro não poderia afirmar as fundações presentes na USP descumprem a lei. “Isso não existe. De certa forma, na medida do possível, estão observando. Porém, a questão da resistência é muito

complicada”, admitiu.

“Aqui na USP, tivemos casos de colegas que bateram à porta e simplesmente não os deixaram entrar, dizendo aqui não, aqui é privado. Não posso dizer que também não há casos como este. Houve fundações que buscaram a Justiça, e certas decisões judiciais extrapolam a competência do Tribunal de Contas”.

Lucros e surpresa

Em sua intervenção, o professor Ciro Correia sistematizou as críticas da Adusp à atuação das fundações privadas vinculadas à USP. “Embora as fundações privadas de apoio não tenham, por definição, fins lucrativos, na verdade são organizações do tipo empresarial, voltadas para o mercado”, definiu o professor.

“É assim que essas fundações se referem a si mesmas em seus documentos: *Análise de mercado em termos da viabilidade da posição competitiva da FIA no nicho de segmentos a ser explorado... A Fipe foi designada empresa líder do consórcio...* Elas sabem o que são e se caracterizam como tal. Os lucros, em nosso entendimento, acabam sendo disfarçados como excedentes que remuneram os docentes que participam desses projetos e a própria fundação na forma de overhead, e só depois a USP”.

O presidente da Adusp forneceu dados sobre a importância econômico-financeira das fundações de apoio, cuja receita conjunta corresponde a aproximadamente 1/3 do orçamento da USP. “Para nossa surpresa, a comissão anterior, em seu relatório, faz referência a que o montante levantado em 2001 foi igual ao Orçamento da USP, R\$ 1,2 bilhão. Este é um problema sério, que esperamos seja esclarecido neste Grupo, porque nossos dados foram feitos com base em documentos contábeis conseguidos no Ministério Público. Se o que lá está revela um

montante equivalente a 1/3 do que movimentam, onde está a prestação de contas, onde estão esses outros 2/3 do movimento financeiro dessas fundações?”

Apropriação privada

Ainda sobre a fonte dos recursos, o presidente da Adusp informou ao GT que a maior parte das verbas recebidas pelas fundações da FEA provêm de fontes públicas, por meio de convênios e contratos com secretarias de Estado, empresas estatais, municípios, órgãos federais. A destinação dos recursos captados, porém, é na maior

parte privada, afirmou.

“Uma parcela ínfima deles fica na USP, como veremos, e parcela significativa acaba indo para o pagamento de pessoas físicas e jurídicas, que são outras empresas contratadas pelas fundações para executar projetos. As pessoas físicas são contratadas para isso e, principalmente, são os próprios docentes da unidade à qual a fundação se vincula que acabam recebendo remuneração pela participação nos projetos”.

Citou os casos da FIA e da FCAV, nos quais verificasse que uma parcela muito

grande da receita (no caso da FCAV, R\$ 6,9 milhões em 2000), acabou indo para pagamento de pessoas físicas e jurídicas, e infelizmente não há discriminação de quais as pessoas físicas e quais as jurídicas; é a mesma coisa em relação à FIA e em relação às demais fundações privadas.

Segundo o professor Ciro, isso “mostra com clareza que a fundação acaba sendo um mecanismo altamente eficaz para, usando a Universidade, repassar recursos que vêm de fonte pública para interesse privado, seja pessoal, seja de empresas con-

Fundações, CERT e COP

Uma das causas de polêmica na reunião de 27/2 do GT Fundações foi a afirmação do presidente da Adusp de que os representantes das fundações de apoio “somam ¼ da composição do Conselho Universitário” e que “representam uma parcela mesmo maior que essa na COP e a CERT”.

O professor Carlos Humes, que presidiu a CERT, contestou o teor da declaração do professor Ciro Correia e pediu “direito de resposta imediata” para negar que tenha havido “indicação de mais de ¼ da CERT ligado a fundações durante minha gestão”. Ele disse ao GT que no seu mandato como presidente havia um único membro da CERT ligado a fundação, que vinha a ser o professor José Antonio Franchini Ramires, do Incor e dirigente da Fundação Zerbini.

Não houve, contudo, referência a gestões específicas. Quando se toma a composição da CERT desde 1990, encontra-se a participação de diversos docentes ligados a fundações privadas de apoio. Exemplos: professores Adib Jatene (1990-1991), que foi dirigente da FZ e membro do Conselho

Curador da FFM; Miriam Krasilchik (1990-1994), presidente da FAFE; Horácio Panepucci (1991-1994), membro do Conselho Curador da FAFQ; Irineu Velasco (1995-1999), dirigente da FFM, Célio Taniguchi (desde 2001 na comissão), membro do Conselho Curador da FDTE etc.

De qualquer modo, na gestão Humes o professor Franchini Ramires não era uma exceção na CERT. Integram a comissão na época os professores Ivanildo Hespagnol, do Conselho Curador da FCTH, e Ney Soares de Araújo, que foi membro do Conselho Curador da Fundecto. Este último ingressou na COP em setembro de 1998, e em agosto de 1999 tornou-se vice-presidente da CERT.

COP

Quanto à Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), formada no âmbito do CO, conta com seis membros do corpo docente da universidade e um representante discente, o estudante de pós-graduação José Menezes Gomes. Na composição atual, pelo menos três dos seis professores ocupam ou ocuparam

cargos importantes em fundações de direito privado ligadas à USP.

O atual presidente, professor Joaquim José de Camargo Engler (Esalq), membro da COP há no mínimo cinco anos, pertence ao Conselho Curador da FUSP desde 1995. O atual vice-presidente, professor Antonio Marcos de Aguirra Massola (EP), integra a COP no mínimo desde 1998, é diretor executivo da FUSP desde 1992 e tem vínculos históricos com a FDTE. O professor Eliseu Martins, membro do Conselho Curador da Fipecafi, permanece na COP mesmo após ter deixado a diretoria da FEA em agosto de 2002.

Entre os membros de gestões anteriores da COP, podem-se destacar dois nomes fortemente ligados às fundações privadas. Bernardo Gonzalez Vono, que integrou a comissão em 1998, fundou em 1984, quando era vice-diretor da Faculdade de Odontologia de Bauru, a Funbeo. E o atual presidente da FIA, professor Eduardo Pinheiro Gondim de Vasconcellos, não só presidiu a COP entre os anos de 1990 e 1994, como também foi diretor da FEA e presidente da Fuvest.

tratadas pelas fundações”, e demonstra “o quanto elas acabam por desvirtuar a função da Universidade”.

Ele abordou, ainda, a questão do controle que a Coordenadoria de Administração Geral (Codage) deveria exercer sobre os repasses efetuados pelas fundações. “Não sabemos se há controle da Codage. Há uma norma nesta Universidade, aprovada na gestão Goldenberg, que estabelece aquela Resolução sobre como devem se dar os vínculos da Universidade com as fundações, e existem portarias que estabelecem percentuais de repasses sobre o ganho dos docentes e sobre as atividades da fundação para a USP, a unidade e a Reitoria. Alguma vez se prestou contas disso no CO?”

O presidente da Adusp comentou que na prestação de contas realizada pela Codage em 2001, “que sabemos ter sido a primeira ao longo de todos esses anos”, constam apenas 21 fundações privadas. “Pergunta-se: e as demais, que a própria Reitoria reconhece que existe?” Acrescentou que, no tocante às 21 constantes do relatório da Codage, não foram incluídos os dados de 1998, ano em que passou a vigorar a Resolução 4543. O professor lançou uma pergunta à Reitoria: “O que está acontecendo com a conferência das resoluções próprias da Universidade em relação às fundações? É fundamental que essa explicação venha a público neste Grupo, no CO e na sociedade como um todo”.

Ele enfatizou a defesa da isonomia na Universidade, em particular em relação ao RDIDP, lembrando que ela é necessária para isentar o servidor público dos interesses privados. Em consequência, criticou a prática de remunerações adicionais ou complementações salariais oferecidas pelas fundações privadas. Informou ao GT que as complementações podem ser

muito maiores que o salário mensal dos docentes.

“Se essas contas estiverem erradas, gostaria que fossem explicitadas pela fundação e pela Universidade. Já publicamos isso, já colocamos em debate e esses números nunca foram contestados. Se fizermos essa conta, no ano de 2000, cada um dos 55 docentes em atividade na FIA teve direito a uma remuneração anual média de R\$ 390 mil. Isso significa R\$ 32 mil/mês”, afirmou.

“Beira a calúnia”

A crítica mais forte ao pronunciamento do presidente da Adusp partiu do professor Celso Grisi, representante da FEA. Para ele, os dados divulgados pela Adusp sobre a complementação salarial dos docentes envolvidos com a FIA em 2000 não são verdadeiros: “Ao lançar um número como esse, você identificou os docentes da FEA de uma maneira que me faz tomar a palavra para dizer: *Ciro, isto está beirando a calúnia*. Lamentavelmente, também não ganhamos esse dinheiro. Você deve ter pego recursos pagos a terceiros, sempre porque o que fazemos são serviços, e nas rubricas de serviços a mão de obra é o que mais pesa. Pesa fundamentalmente na estrutura de custo porque é disso que vivemos: de mão de obra. Então, tranquilize-se. Na FEA não há ninguém ganhando esse valor”.

O professor *Ciro Correia* respondeu afirmando que fez uma afirmação cuidadosa, “e se houver qualquer retificação peço que qualquer pessoa o faça, de público”. A seguir ele informou ao GT os procedimentos utilizados para o cálculo: “No ano de 2000 a FIA repassou ao fundo de taxas de convênio da Reitoria, segundo a Codage, a quantia de R\$ 1,075 milhão, quantia essa referente ao recolhimento de 5% previstos na Resolução 4543, de 1998. Quer dizer que o bolo da remuneração dos docentes ligados a essa fundação — porque esse percentual, pela Resolução, é espe-

cífico em relação aos pagamentos feitos aos docentes — é de R\$ 21,5 milhões, em números redondos. Portanto, como havia 55 docentes em atividade na FIA, eles fizeram jus, em média, a R\$ 390 mil reais/ano — uma média de R\$ 32 mil/mês”.

Leu também um trecho da Resolução 4543: “A unidade deverá reter, no mínimo, 10% e no máximo 50% do numerário recebido pelo docente por participação em atividades previstas nos artigos 15 e 16 da Resolução, recolhendo à Reitoria o equivalente a 5% desse numerário”.

No decorrer dos debates, o presidente da Adusp criticou ainda os ataques que o ex-reitor Goldenberg, atual secretário estadual do Meio Ambiente, fez ao setor público na exposição inicial da sessão do GT: “coloco-me frontalmente contrário à posição aqui defendida pelo professor Goldemberg, que me parece inclusive muito estranha, sendo ele uma pessoa que participa da administração do Estado, tendo, portanto, compromisso com o setor público — ou deveria ter”.

Punições

O representante do DCE, Pedro Barros, estudante da FEA, iniciou seu depoimento lembrando que oito estudantes acabam de ser punidos pela Reitoria pela ocupação do CO em 2001, cujo objetivo foi impedir a votação da regulamentação das fundações.

“O que acho fundamental de ser discutido para as Fundações é a inversão da estrutura de poder que dirige para onde vai a pesquisa, para onde vai o ensino da Faculdade. A inversão pública-privada que resultou nisso é clara na FEA, mas há diversos outros casos e situações em que essas fundações distorcem o caráter público da Universidade e é por isso que os estudantes, há tempo, se colocam contra as fundações e a própria existência delas na Universidade de São Paulo”, destacou.

O representante do DCE

deu vários exemplos sobre o que chamou de influência das fundações no ensino. Como nos MBA pagos o professor recebe cerca de 200 reais por hora e é avaliado ao final de cada aula, o conteúdo dessas aulas, que privilegiam interesses empresariais, passa a determinar o conteúdo das aulas da graduação gratuita: “esse professor que prepara certamente muito mais essa aula, e se vangloria de aplicar essa aula do MBA no curso de graduação, envia completamente o próprio curso de graduação”.

Afirmou, também, que “a única Faculdade na cidade de São Paulo que poderia oferecer um curso de Administração Pública gratuito não o oferece. Por que é que isso acontece? Imagino que vale a pena a reflexão e acredito que o viés que o Departamento tomou foi mais ou menos na mesma época, por volta de 1980, quando foi fundada a FIA, que aconteceu o fim desse curso”.

No entendimento de Barros, o TCE nada fará contra as distorções que ocorrem relativamente às verbas da fundação. “Fica claro que o Tribunal de Contas não fará nada acerca disso. E nem o Ministério Público. Muito antes de o assunto ser pautado aqui, fui ao Ministério Público, à Curadoria de Fundações, perguntar algumas coisas sobre dúvidas que tinha, para própria atuação junto à Congregação da FEA. A resposta que obtive é que há muitas atribuições e a Curadoria tem dois ou quatro promotores para cuidar. Ou seja, simplesmente carimba e autoriza o funcionamento”.

Para ele, cabe à Universidade controlar as fundações. “Quem fundou as fundações eram as pessoas que faziam parte da alta burocracia da Faculdade, alegavam que a burocracia atrapalhava, criaram a fundação e continuam fazendo parte da burocracia. Isso mostra muito claramente o caráter utilitarista dessa relação”.

Reunião de 12/3 debaterá propostas

A reunião do dia 7/3 deu início à fase dos debates no GT. O tema discutido foi o primeiro dos cinco que constituem o temário do GT: “Condições em que a USP deve ter fundações ou relacionar-se com fundações e quais seriam as alternativas ao relacionamento com entidades externas à Universidade”.

Na abertura dos trabalhos, o professor Luiz Nunes, presidente do GT, propôs que os debates que então começariam deveriam pautar-se pelo seguinte roteiro: 1) diagnosticar as causas da insatisfação com o quadro atual; 2) definir qual seria a situação ideal que queremos; 3) listar os obstáculos existentes; 4) definir o que nos ajuda; 5) prever o que fazer e como proceder.

Conforme acertado na reunião anterior, a professora Anna Maria Pessoa, da FE, falou em nome das unidades que têm fundações, e em seguida manifestaram-se o professor Guilherme Plonsky, da FEA e da EP, em nome das fundações, o professor Ciro Correia, pela Adusp, e o professor Walter Colli, em nome das “unidades com perfil de RDIDP”. Cada um teve 15 minutos para expor, seguidos de 30 minutos para resposta a questões. A intervenção do professor Ciro Correia pode ser resumida nos seguintes tópicos:

1) Até agora, das apresentações havidas, percebe-se que para que a universidade realize suas atividades-fins não há nada que seja feito através das fundações privadas que não possa intrinsecamente ser feito, ou vir a ser feito, pela própria USP.

2) As atividades realizadas por docentes em RDIDP no âmbito das fundações privadas, atualmente permitidas pela flexibilização desse regime, levam a distorções que acabam por descaracterizar o regime de dedicação exclusiva, o que é prejudicial para as atividades acadêmicas.

3) A presença de professores

FEA, fundações e Codage falaram em 26/2

A reunião de 26/2 do GT Fundações marcou o término da fase principal das oitavas. Foram ouvidos nesta sessão os depoimentos da diretora da FEA, professora Maria Tereza Leme Fleury; do titular da Coordenadoria de Administração Geral (Codage), professor Adilson Carvalho; do representante da Fundação Faculdade de Medicina, professor Irineu Velasco; do representante da Fipe, professor Juarez Rizzieri; e do presidente da FUSP, professor Antonio Marcos de Aguirra Massola.

A diretora da FEA fez uma longa explanação de defesa da atividade das fundações vinculadas à unidade (FLA, Fipe e Fipecafi). Segundo a professora, essas entidades apoiam a FEA no tocante a ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão.

O professor Ciro Correia perguntou à professora Maria Tereza se ela tem projetos em fundações, se participa de projetos que envolvam relação financeira com a FEA, se recebe algum tipo de complementação salarial, pagamento ou remuneração e em que montante. A diretora da FEA disse que teve projetos antes, mas não os tem desde que assumiu esse cargo.

O coordenador Adilson Carvalho informou ao GT que a Codage não tem a atribuição de fiscalizar as fundações de apoio: “Em momento algum, em nenhum dos documentos que constam do histórico da evolução das relações da Universidade e fundações, existe de maneira clara e inequívoca a competência da Codage como órgão fiscalizador dos convênios, das fundações, dos dados, enfim, de tudo aquilo que se refere às fundações.

Isso nunca foi regulamentado”, disse.

O professor Massola, em sua intervenção inicial, disse ter participado de todo o processo de criação da Fundação Universidade de São Paulo (FUSP), e que esta entidade foi criada porque a Reitoria não queria mais a proliferação de fundações. A idéia seria contar com uma única fundação para cuidar dos projetos realmente necessários, e essa entidade seria a FUSP. Infelizmente, lamentou o dirigente da FUSP, as fundações de apoio continuaram a surgir.

Ele afirmou também que, embora defenda o modelo da fundação única, relaciona-se muito bem com as diversas entidades existentes e contribuiu inclusive para a constituição de algumas delas depois de 1992, ano em que foi criada a FUSP.

da USP nas direções e conselhos curadores das fundações, que celebram convênios e/ou contratos com as unidades da USP ou com a administração central da universidade, implica em conflitos de interesse que ferem a ética acadêmica e os princípios inerentes à administração pública.

4) Existe razoável sustentação jurídica para que essas

fundações necessitem de autorização legal para poder existir. Em sua intervenção, o presidente da Adusp citou obras dos juristas Celso Antonio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, Malheiros, 13ª edição) e Lucia Valle Figueiredo (Curso de Direito Administrativo, 5ª edição, Malheiros).

Finda a reunião de 7/3,

nada de novo foi apresentado que alterasse a convicção dos representantes da Adusp relativamente aos itens acima enumerados. A próxima sessão ocorrerá no dia 12/3, às 9h30. O tema de 7/3 será retomado, tendo início pela apresentação de propostas, seguida de comentários feitos pelo professor Gabriel Cohn (FFLCH) e de nova rodada de debate.

Ato contra guerra atraiu 30 mil manifestantes

Paralelamente a manifestações no mundo todo, cerca de 80 entidades promoveram na cidade de São Paulo, no dia 15/2, um grande ato contra a guerra que os EUA pretendem fazer contra o Iraque. A manifestação se concentrou no vão livre do Masp e seguiu em passeata até o Ibirapuera. O ato de 15/2 em São Paulo foi registrado pelo fotógrafo Daniel Garcia. Novo ato está marcado para 15/3.



Seminário discutirá Previdência em 15/3

Compareça e ajude a defender seu direito à aposentadoria integral!

O Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Sindifisp-SP) e outras entidades representativas dos servidores públicos federais, estaduais e municipais realizarão, no dia 15/3 (sábado), o seminário “Previdência em Debate”, que irá lançar o Fórum Paulista em Defesa da Previdência Social. O seminário será na Casa de Portugal, localizada à Avenida da Liberdade, 602, começando às 9 horas e terminando às

18 horas.

Os trabalhos serão divididos em duas partes, com exposições dos convidados durante o período da manhã e um debate envolvendo a platéia à tarde. Os expositores convidados para participar da primeira parte do seminário, que também deverão estar presentes no debate, são João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, Antonio Augusto Queiroz, assessor do Diap,

Milko Matjaseic, professor da Unicamp, Dércio Munhoz, professor da UnB, e Laura Tavares, professora da UERJ.

Para o debate, foram convidados o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, e a senadora Heloísa Helena. Apenas o ministro Berzoini e o deputado João Paulo ainda não confirmaram presença.

Colega, sua participação neste debate é fundamental! A Adusp está entre as

18 entidades de servidores públicos que criaram o Fórum Paulista em Defesa da Previdência Social. É importante fortalecer, desde agora, os sindicatos e associações que defendem a Previdência Pública e Integral, para que o governo não consiga empurrar goela abaixo do funcionalismo público a mutilação dos nossos direitos. Para mais informações, consulte a secretaria da Adusp. Compareça!

CR da Adusp-Ribeirão Preto debateu tema em 28/2

O presidente da Adusp, professor Ciro Correia, participou no dia 28/2 de reunião aberta do Conselho de Representantes da Adusp-Ribeirão Preto (foto), para fazer uma exposição sobre questões ligadas à Previdência. Ele fez uma exposição detalhada da situação atual da Previdência Social no Brasil, com base no “Diagnóstico” disponível no sítio do Ministério da Previdência Social na internet. Enfatizou o fato de que o alegado “déficit” da Previdência é uma falácia. Criticou também a imprensa com que o governo tenta impor a reforma.

O professor iniciou sua exposição informando o CR Regional sobre o debate realizado recentemente com o ministro da Previdência (*Informativo Adusp* 133): “Percebemos ali que havia uma certa tentativa de legitimar o discurso oficial, e dada a nossa ação e de outras entidades que estavam ali, fizemos uma série de contrapontos ao que o Ministro apresentou. Foi dito a ele com todas as letras que existe sim um grande déficit, por conta do pagamento de juros das dívidas interna e externa, e de amortização dessa dívida, e de uma forma escamoteada o governo

apresenta à sociedade a discussão da Previdência, justamente para utilizar o dinheiro da Previdência para um fim nada previdenciário, que é resolver o problema do déficit público causado pela dívida”.

O presidente da Adusp chamou a atenção dos presentes para o fato de que o governo, em todos os seus níveis, arrecada cerca de R\$ 100 bilhões por ano com a Previdência. Em 2002, as contribuições somaram R\$ 92,8 bilhões, e a projeção para 2003 corresponde a R\$ 101 bilhões. “Deve ter muita gente de olho nesse dinheiro”, disse, referindo-se ao setor financeiro. Ele mostrou que, quando o governo fala em déficit da Previdência, “leva em consideração apenas e tão somente as contribuições, e esquece daquilo que ele arrecada para a Previdência Social sobre o faturamento das empresas e sobre o lucro líquido”.

Déficit?

Os dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Anfip) comprovam que não há déficit no sistema. “Quando a gente leva em consideração o conjunto de fontes de financiamento da Previdência, não existe déficit, e isso não é dito com



clareza pelo governo”, declarou o professor. Segundo a Anfip, o Regime Geral da Previdência Social teve uma despesa de R\$ 115,4 bilhões em 2000, contra uma receita de R\$ 116,4 bilhões.

Após a explanação, o professor Ciro Correia debateu o tema com os colegas presentes. Várias foram as questões levantadas na ocasião, especialmente sobre o custeio das aposentadorias na USP e demais universidades e sobre os recolhimentos feitos docentes ao Ipesp (6%) e ao Iamspe (2%). Alguns colegas apontaram a necessidade de esclarecimento, por parte da Adusp, das características do sistema próprio no âmbito das universidades paulistas. Foi dito que é preciso moralizar o IPESP e esclarecer a destinação dos recursos relativos ao Imposto de Renda que são descontados

dos salários, mas não repassados à Receita Federal.

O professor Ciro Correia convidou os presentes a se juntarem ao esforço de participação do seminário que será realizado em São Paulo no dia 15/3, quando será lançado o Fórum Paulista em Defesa da Previdência Social. “A gente vai precisar de mobilização, botar a cara na rua e fazer um movimento que acabe conquistando espaço na mídia e na sociedade”.

Piracicaba

A Adusp Regional Piracicaba também realizou debate sobre a reforma da Previdência, no dia 14/2, dentro de seu V Fórum de Debates. Os participantes foram os professores Rodolfo Hoffmann (Unicamp), Marcos Magalhães (IME-USP) e Ciro Correia (Adusp).